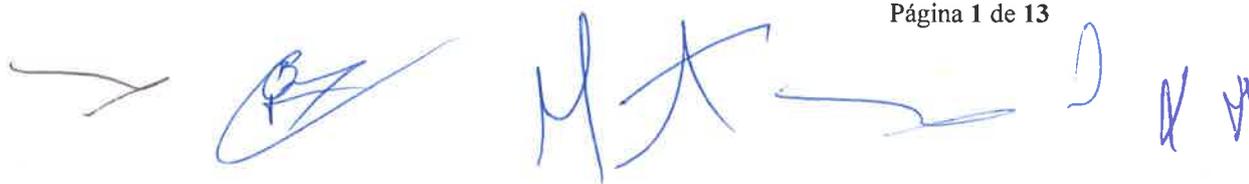


ATA DA 431ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos trinta e um do mês de julho do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Representando a Terceira Subdefensoria Pública Geral, Luis Marcelo Mendonça Bernardes, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, o Ouvidor-Geral, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Fabiana Botelho Zapata. Ausente justificadamente o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Presidente iniciou a sessão às 09h40min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 427ª a 430ª Sessão Ordinária, sendo aprovadas por unanimidade. Após, iniciou às comunicações da Presidência, informando sobre o V Ciclo de Conferência que começará no próximo sábado, a ser realizado nas Regionais Sul, Guarulhos e Jundiaí, e ressaltou a importância da aproximação dos usuários e da sociedade civil com a instituição, de modo a permitir o aprimoramento dos serviços. Cumprimentou a Primeira Subdefensoria Pública Geral, os Núcleos Especializados, os Coordenadores de Unidade, a Ouvidoria-Geral e todos os envolvidos na organização dos eventos. Após, passou-se as comunicações da Secretaria do Conselho Superior, que justificou a ausência do Conselheiro Luiz Eduardo Toledo Coelho, em virtude de licença saúde. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Senhora Francisca Pini, Representante do Instituto Paulo Freire e integrante do Comitê Estadual de Direitos Humanos, e anunciou sobre o livro eletrônico “*ebook*” contendo o título “Salvar o ECA”. Ela relatou o surgimento do *ebook* no ano passado, visando organizar uma ação de defesa sociedade, e comentou que a obra é composta por trinta pequenos artigos, que foram elaborados de forma didática, com o auxílio de Defensores Públicos, da sociedade civil, do Sistema de Justiça e do Legislativo, destacando a atuação da Defensora Pública Fabiana Zapata e a contribuição do Ouvidor-Geral, Alderon Costa. Informou que o ebook poderia ser acessado gratuitamente através do site www.paulofreire.org.eca, e convocou a todos a pensar sobre novos livros digitais que pudessem relatar as atuações da Defensoria. O Presidente parabenizou a iniciativa e o trabalho de todos os envolvidos. Em seguida, franqueou a palavra à Senhora Anabela Andrade, Representante da Comunidade Brasil. Ela relatou problemas do pronto atendimento por telefone, e criticou o atendimento inicial, pois havia uma senhora com um bebê aguardando para ser atendida e mais quatro grávidas na fila de atendimento preferencial, e disse que havia comunicado essa situação ao funcionário da instituição. Ela criticou a divulgação das Pré-Conferências, pois teve ciência do evento através de um convite da Ouvidoria-Geral, e não viu nenhuma matéria na imprensa. Relatou ainda que, há três semanas, tenta sem sucesso falar com as Coordenadoras do Núcleo dos Direitos da Mulher, e criticou o fato das Defensoras Públicas não trabalharem na parte da manhã. Por fim, solicitou a presença da instituição na Cracolândia, e afirmou que a Guarda Civil Metropolitana tem cometido abusos com os usuários de entorpecentes, e considerou que a presença da instituição poderia amenizar essa situação. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público da Unidade de São Miguel, Rafael Soares da Silva Vieira. Consigna-se que ele representou a Defensora Pública Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Ele informou ser a primeira vez que a Unidade de São Miguel vem ao Conselho Superior, pois sempre a Unidade tentou resolver seus problemas internos por meio da potencialização da atuação dos Defensores Públicos, e relatou como são feitos os atendimentos, a atuação dos estagiários. Citou exemplos de iniciativas tomadas e demandas assumidas pela Unidade, como o início do segundo atendimento mediante a descentralização dos pólos, que havia atendimento para JVD, especialização em Infância e Juventude, e que no período das tardes de sexta-feira são dedicadas a conciliação.



Comunicou que a Unidade nunca recebeu cargos desvinculados de novas atuações, que não raras vezes os atendimentos se estendem além do horário. Informou que a Unidade havia sido comunicada pela Segunda Subdefensoria para retomar a absorção dos mandados, e esclareceu que essa atuação pela Unidade já acontecia, no entanto, em virtude de determinadas circunstâncias houve suspensão dos serviços de vigilância, acompanhada da saída de estagiários, além da troca de metade dos Defensores Públicos titulares. Ponderou que, ainda que os novos Defensores Públicos já estivessem adaptados, seria inviável a assunção da totalidade dos mandados em razão do volume de atendimentos, que dobrou desde a instalação do segundo atendimento. Relatou que a Unidade ainda mantém o atendimento de uma parte dos mandados, sendo o restante encaminhado para entidades conveniadas. Solicitou ao Conselho Superior que fosse avaliada a possibilidade de suspensão do ato ou a possibilidade de ser usado o convênio. Em seguida, a palavra foi franqueada ao Dr. Carlos Eduardo Targino, Defensor Público da Unidade de São Miguel. Ele narrou a trajetória da Unidade, e relatou que as dificuldades iniciais enfrentadas pela Unidade contribuíram para união entre os Defensores Públicos. Citou que o desempenho de São Miguel é um modelo na instituição, e comentou que as atribuições na Unidade foram distribuídas de forma equânime. Questionou quais os critérios usados para definir a atuação integral em uma determinada atividade, como por exemplo os mandados, e afirmou que a instituição tem que pensar na parametrização de coleta de dados, já que não há uniformidade nos métodos e há dificuldades com as estatísticas da Corregedoria, apesar do empenho do órgão para simplificar o modelo. Por fim, solicitou atenção do Conselho e da administração para se tratar da parametrização de cargos, e defendeu o equilíbrio de atribuições entre os colegas, tendo em vista que haverá distribuição de cargos. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Wilherson Carlos Luis, Servidor do Núcleo Direitos Humanos. Ele defendeu a contagem do estágio e do trabalho de Servidor da instituição como tempo de prática jurídica como regra para ingresso na carreira de Defensor Público. Ponderou que adotar modelos de outras instituições pode acarretar a mudança na imagem da instituição, e destacou que a Defensoria Pública tem um perfil diferenciado, aberto à participação popular e permeável às influências externas. Comentou que ser fiel ao formalismo e as regras da Magistratura pode ser desfavorável ao perfil que a instituição tende a construir. Afirmou que muitos Servidores com formação jurídica têm pretensão de participar do concurso e podem perder essa possibilidade, em razão de não ter o tempo de prática jurídica, que teria que ser adquirido fora da instituição, desfavorecendo pessoas identificadas e que querem permanecer nela. Defendeu uma interpretação sensível da Constituição, e resguardou que a contagem do estágio e do trabalho como Servidor é uma forma de atender o interesse público e o interesse da própria instituição. Após, o Presidente franqueou a palavra a Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles. Ela comentou sobre a última Assembleia Geral realizada pela entidade de classe, e relatou que algumas questões sobre a estruturação da majoração salarial foram encaminhadas, e pontuou que um dos objetivos da Assembleia foi a fixação de prazo até o dia 07 de agosto para o Conselho dar início às discussões ao projeto remuneratório. Solicitou que houvesse reflexão a respeito da exigência de três anos de prática jurídica para o concurso de Defensor Público, e afirmou que há interpretações que permitem a contagem do tempo de estágio e trabalho como servidor. Afirmou que o Supremo Tribunal Federal tem se posicionado contra a transcendência dos motivos determinantes, e apontou que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Ministério Público precisaram se manifestar porque não havia norma específica sobre a prática jurídica, o que não ocorre com a Defensoria Pública, que possui norma prevendo a possibilidade de contagem do tempo de estágio. Pontuou que na Constituição Federal há somente a exigência de ser cobrada do bacharel experiência jurídica por três anos, e considerou que a norma não estabelece desde quando esse prazo deve ser contado. Defendeu que a instituição reforce seu caráter inovador, e que o Servidor não tenha que deixar a instituição para cumprir requisitos formais. Consigna-se que o Conselheiro Bruno Miragaia

chegou às 10h15min. O Presidente agradeceu a manifestação de todos os participantes no momento aberto, e sinalizou que as falas contribuem com o crescimento institucional. Com relação a fala da Anabela Andrade informou que na própria triagem da Rua Boa Vista os funcionários observam as prioridades, e que o caso específico comentado por ela deve ser passado à Ouvidoria. Com relação à divulgação das Conferências ponderou ser imprescindível a divulgação na mídia, e destacou a importância das Unidades e Coordenadores acionarem suas redes de contatos, para divulgar as conferências para as pessoas que usam o serviço da instituição. Com relação às manifestações dos Defensores Públicos Rafael Vieira e Carlos Targino informou que o Segundo Subdefensor esclareceria posteriormente. Sobre a manifestação dos servidores Érica Meireles e do Wilherson Luiz, esclareceu que deverá existir a máxima segurança jurídica e o que for melhor para instituição, no que tange ao concurso público, e ponderou que qualquer que fosse a solução encontrada ela não implicaria em desrespeito aos estagiários e a servidores. Com relação ao pleito remuneratório dos servidores, pontuou que a administração tem realizado reuniões com servidores, e relatou que no dia anterior houve reunião com o relator Bruno Miragaia, a Representante da Associação dos Servidores e uma Representante dos Agentes. Relatou que, na oportunidade, foram mostradas as dificuldades encontradas pela Administração e apresentadas as informações disponíveis, além da impossibilidade de apresentar de imediato uma proposta remuneratória que seja financiada pelo Fundo de Assistência Judiciária. Relatou que havia sido agendada nova reunião com a Associação de Servidores, a fim de manter o diálogo. O Presidente destacou as dificuldades econômicas enfrentadas no cenário nacional, e afirmou que a impossibilidade do aumento pelo Fundo de Assistência Judiciária não é definitiva. Comentou que houve reunião com o Secretário da Casa Civil e com o Secretário do Planejamento, mas que havia reunião agendada para essa semana, todavia esta não ocorreu. O Presidente reiterou a necessidade de haver suplementação orçamentária pelo Governo, e informou que majoração salarial dos servidores será deliberada no âmbito do Conselho Superior. Lembrou que a instituição tem autonomia para enviar o projeto, e destacou a importância de manter o diálogo com Governo, a fim de obter êxito na aprovação do projeto. Após passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Bruno Napolitano relatou que durante a semana esteve reunido com a Corregedoria, com a Comissão de Prerrogativas, com a Assessoria Criminal e a Regional da Infância Infracional, para discutir sobre eventual nomeação de advogado *ad hoc*, para atuação na fase de conhecimento, muitas vezes levadas a efeito pelos magistrados sem conhecimento do defensor público natural, e ponderou que a reunião foi muito profícua, e foi possível pensar em alternativas caso retorne esse problema que acontecia anteriormente. Comunicou que, na última semana, houve visita à Unidade de Mauá, dando andamento ao cronograma de visitas da Segunda Subdefensoria, e comentou que há um ano foi inaugurado o atendimento inicial ao público. Informou que, na oportunidade, foram averiguadas questões estruturais do prédio, que estão sendo negociadas com o proprietário, as atribuições e o andamento da triagem. Comunicou que, na última quinta-feira, havia sido enviado um comunicado a carreira dando início a um novo ciclo de atuação nas audiências de custódia na Capital, e pontuou que após seis meses de atuação foi realizada uma renovação dessa atuação por meio desse ato. Informou que serão três vagas para atuação de Defensor Público, com prioridade para Capital, e apontou que esses defensores atuarão com prejuízo de suas atribuições e as inscrições estão abertas até a próxima quarta-feira. Esclareceu que será elaborada nas unidades uma escala de atuação para amenizar o impacto da saída das unidades, que tende a se encerrar com a expansão institucional no próximo ano, pois será proposto a esse colegiado o aumento do número de defensores que atuam no Departamento de Inquérito Policial. Com relação ao que foi apresentado pela Unidade de São Miguel, relatou que foi uma satisfação receber os colegas, que durante oito anos trabalharam de forma conjunta. Ponderou que o ponto central trazido pela Unidade, afeta também outras unidades, que é a necessidade da Administração e do Conselho Superior fixar

melhor as atribuições já que a realidade demonstra uma heterogeneidade muito grande no Estado todo. Relatou que, por ora, a Segunda e a Terceira Subdefensoria não farão alterações, pois as decisões determinadas no passado foram realizadas observando a impessoalidade e outros princípios administrativos. Informou que a Segunda e Terceira Subdefensorias tentam corrigir cenários novos, cenários que em caráter excepcional criam uma situação ainda mais acentuada, de criar os trabalhos na unidade e ensejam provisionamentos temporários, ou limitações de senha, ou de horário que são tomadas semanalmente, e a maior parte delas o Conselho Superior ou a carreira não fica sabendo. Esclareceu que no caso de São Miguel, foi autorizado o provisionamento temporário, por conta da saída de mais de cinco defensores, com a chegada de defensores novos, e após deixar de existir essas condicionantes, que existiram de comum acordo, a atuação em mandado foi retomada. Parabenizou o desempenho da Unidade, e esclareceu que o ato foi precedido de reunião presencial, não foi um ato enviado por e-mail, isso demandou mais de um mês de discussão de análise de dados, da avaliação de relatórios que foram enviados pela unidade até que fosse tomada a decisão. Informou que segue a disposição para prestar qualquer outro esclarecimento. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luis Marcelo reafirmou que o trabalho de coleta de dados sobre trabalho, tem sido constante entre a Segunda e Terceira Subdefensoria, e ponderou que momento de tratar dessas questões está próximo. Comunicou que os parâmetros de atuação das novas unidades foram construídos ao longo dos anos, tanto pelas administrações anteriores como no Conselho Superior. Relatou que a Terceira Subdefensoria tem monitorado as situações e os trabalhos obtidos são satisfatórios, pontuou que foi identificado que a maioria dos casos passa por questões organizacionais de escolha de demandas e padronização, visando o atendimento eficaz de Defensores e Servidores. Destacou o projeto piloto iniciado em Jacareí, cujo debate e aperfeiçoamento ainda está em aberto. A Corregedora, Kathya Beja abordou a fala dos colegas de São Miguel, e destacou a importância dos relatórios da Corregedoria serem mais confiáveis. Relatou que o órgão tem trabalhado com administração e Coordenadoria da Tecnologia da Informação para coletar dados, mas depende da adesão das unidades. Ponderou que a sobrecarga de trabalho afeta também a Corregedoria, não afeta só os Defensores Públicos Servidores. Relatou que a organização de Unidade de São Miguel é de grande confiança, por conta do registro das atuações, e por isso o relatório da correição trouxe elementos para a Segunda Subdefensoria tomar decisões. A Representante da Apadep, Fabiana Botelho, cumprimentou a Senhora Francisca Pini, e destacou que ela é uma referência na área da infância e juventude, e salientou a importância da obra. Com relação a ausência das Defensoras Públicas no NUDEM, informou à Senhora Anabella Andrade, que é comum que os Defensores tenham audiência no período da tarde e utilizam o período matinal para realizar atividades que envolvam trabalho externo e visita a outros locais. Informou que geralmente há prioridade quando se vai tratar da saúde mental, que isso se dê em locais externos, para não haver dificuldades das pessoas virem ao Centro da cidade, e pontuou que os problemas estão nas periferias. Por fim, solicitou que os defensores estejam próximos a esses locais. Com relação ao assunto abordado pelos Defensores Públicos da Unidade de São Miguel, retomou as discussões sobre atribuições, parametrização de cargos, e lembrou que foi formada comissão no Conselho anterior para discutir atribuições, foi definido que as redefinições de atribuições ocorreriam de forma simultânea a proposta das Subdefensorias e aprovação pelo Conselho. Questionou se essa a administração ainda pensa nesse modelo, pois acredita que essa alternativa poderia evitar problemas. Ponderou que a Subdefensoria não pode se furtar em resolver esses problemas, mas que a ideia inicial de se realizar debate das competências da Subdefensoria pública nesse órgão colegiado foi perdida. Acredita que isso evitaria grandes problemas, a oitiva dos colegas envolvidos de forma mais democrática mais ampla, para discutir essas alterações que são necessárias. Comentou sobre um pedido que a entidade de classe fez dirigido ao Coordenador do Recursos Humanos para que fosse informado qual a quantidade de Defensores Públicos que estariam nos próximos dois anos

para se aposentarem, e o local de lotação desses defensores públicos, se eles possuíam meses acumulados para compensação, licença prêmio. A intenção desse pedido é que a Apadep pudesse trazer uma manifestação mais qualificada quando o processo de distribuição de cargos viesse à discussão. Explicou que a entidade de classe recebeu diversos pedidos de reforço de colegas em várias unidades e esse pedido seria importante para essa discussão. Relatou que esse pedido foi encaminhado à Assessoria Jurídica, contudo, houve um parecer assinado pelo Defensor Público Geral nega essa informação, sob o fundamento que trata-se de um dado da vida privada do Defensor Público. Solicitou que haja reflexão sobre esse parecer da Assessoria Jurídica. Apontou que a entidade de classe vem acompanhando a discussão sobre a possível criação do Conselho Nacional de Defensoria Pública, e pontou que esse tema já havia sido discutido na gestão anterior da administração, e que o assunto foi retomado. Relatou que na semana anterior houve reunião no CONDEGE, e foram realizadas enquetes pela Apadep, que alguns Defensores Públicos contribuíram, houve reflexões sobre a vitaliciedade. Questionou como a questão do Conselho Nacional de Defensoria Pública está sendo tratado no âmbito da Defensoria Geral, se havia intenção desse tema ser debatido no Conselho Superior. Após, o Ouvidor-Geral Alderon Costa, saudou a presença do instituto Paulo Freire, e agradeceu a contribuição dessa parceria. Informou que esse semestre acontecerá curso de educação em direito para as lideranças populares. Falou para a Anabella Andrade que a instituição e a Ouvidoria estão preocupadas com a questão das prioridades no atendimento, e informou que há reunião agendada para discutir essa questão. Com relação a situação da Cracolândia relatou que a situação é grave, que a polícia desenvolve uma política de repressão, e ponderou que é um grande desafio para instituição. Informou que visitou a Unidade de Campinas, Vila Mimosa e a Cidade Judiciária, e agradeceu a recepção destacando a importância da presença da instituição na periferia. Comentou que foi realizado encontro do Conselho Consultivo da Ouvidoria com a sociedade civil em Campinas, e na oportunidade foram divulgadas as pré-conferências. Comemorou a notícia de que o Rio de Janeiro terá ouvidoria externa, e relatou que havia tido um encontro muito proveitoso com a Anadep, a fim de pleitear que a ouvidoria tenha um assento com voz, e solicitou apoio nesse pleito. Em seguida, o Presidente esclareceu que a questão das atribuições é um tema central ao qual deve ser dado prioridade, e ponderou que caberia uma discussão ampla no Conselho Superior, em razão complexidade da questão e das particularidades de cada unidade. Afirmou ser inviável que definir detalhadamente todas as atribuições, de todos os cargos. Defendeu que sejam definidas prioridades, fixadas atribuições com o propósito de superar as grandes distorções e contemplar as demandas sensíveis. Com relação a questão trazida pelos Defensores Públicos de São Miguel explicou que o assunto abordado pela Unidade não é atribuição do Conselho, mas a definição se deve ou não atuar em mandados cabe as Subdefensorias, e reiterou que a instituição está sempre aberta a rediscussão. Com relação ao pedido dirigido ao Departamento de Recursos Humanos relatou que a solicitação foi indeferida para resguardar a intimidade de cada Defensor Público, mas que os dados para contagem de aposentadoria estão disponíveis. Com relação questão trazida sobre o CONDEGE relatou que quando passou a acompanhar as reuniões, as discussões já haviam avançado bastante, com uma proposta quase definida. Informou ter participado como Defensor Público Geral de uma reunião com Secretaria de Reforma do Judiciário, que seria o órgão interlocutor do Ministério da Justiça a fim de apresentar o projeto no Congresso Nacional. Pontuou que tem sido importante a participação da entidade de classe nas reuniões do Condege, defendendo seu posicionamento e buscando um consenso e uma pauta comum. Destacou que além do Conselho Nacional, entre as grandes pautas nacionais, existe a derrubada do veto à lei que incluía a Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal e a alteração da LC 80/94 com as inovações da EC 80/14. Afirmou que essas pautas não são possíveis de serem encaminhadas conjuntamente, que é uma discussão de prioridades, e ponderou que a discussão atual é como levar essas pautas adiante, qual seria a melhor estratégia. Aduziu que no último

encontro do Condege houve consenso que seria retirada a representação do Ministério Público e da magistratura no projeto inicial, até porque a Defensoria Pública não participa do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Registra-se que houve o agendamento de duas sessões extraordinárias, visando organizar os trabalhos, os quais sejam: a) agendou extraordinária no dia 06/08 às 16h30min, a ser realizado na Rua Boa Vista, nº 200 – 1º andar, para julgamento do processo CSDP nº 508/15 e CSDP nº 562/15, que tratam do concurso de Defensor Público; b) agendou extraordinária no dia 14/08 às 14h, a ser realizado na Rua Boa Vista, nº 200 – 1º andar, para julgamento de recurso de PAD 001/15 de relatoria do Pedro Avellar; e, c) agendou extraordinária no dia 06/08 às 15h, a ser realizado na Rua Boa Vista, nº 103 – 7º andar para julgamento PAD 003/14 de relatoria da 3ª Subdefensoria. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 363/13. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar mestrado em Psicologia como ciência e profissão, no período de 17 de fevereiro de 2014 a 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, indeferir o afastamento do interessado, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providencias pertinentes. CSDP nº 189/15. Interessada: Karina Pereira Sabedot. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de 25 de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento da interessada, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providencias pertinentes. CSDP nº 546/15. Interessada: Simone dos Santos. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de agosto a dezembro de 2015. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento da interessada, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providencias pertinentes. CSDP nº 558/15. Interessado: Marco Antonio de Oliveira Branco. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de doutorado, no período de agosto a dezembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento do interessado, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providencias pertinentes. CSDP nº 565/15. Interessada: Daniely Maria Vaiano. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de mestrado, no período de agosto a dezembro de 2015. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o

afastamento da interessada, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providências pertinentes. CSDP nº 567/15. Interessada: Isabel Cristina Gonçalves Bernardes. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de mestrado, no período de agosto a dezembro de 2015. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de não conhecer o pedido de autorização para realização de entrevistas, em razão de competência da Defensoria Pública-Geral, e indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido de autorização para realização de entrevistas, em razão de competência da Defensoria Pública-Geral, encaminhando-se cópia dos autos para decisão. Deliberou ainda, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento, encaminhando-se cópia dos autos à Corregedoria-Geral para providências pertinentes. CSDP nº 568/15. Interessado: Anderson Almeida da Silva. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de mestrado, no período de agosto a dezembro de 2015. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Horácio Xavier indagou o relator quanto à verificação da quantidade de Defensores previsto na Deliberação CSDP nº 27/07, para que caso haja o deferimento do pedido, o afastamento não venha gerar impactos a unidade. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento parcial do interessado, condicionando a apresentação de relatório circunstanciado. CSDP nº 569/15. Interessada: Simone Kelly Svitek. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "O SUS, a reforma psiquiátrica e os desafios para a construção da rede de atenção à saúde", a ser realizado no período de 07, 14, 21 e 28 de agosto; 11, 18 e 25 de setembro; e 02 de outubro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante do precedente adotado pelo Colegiado, nos moldes da Deliberação CSDP nº 102//08. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento do interessado, encaminhando-se cópia dos autos a Corregedoria – Geral para providências pertinentes. CSDP nº 538/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de inscrições. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para inscrições, nos termos do comunicado publicado a seguir: COMUNICADO DE 31.07.2015 DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ficam abertas, entre os dias 01/08/2015 à 06/08/2015, as inscrições para preenchimento de 01 (uma) vaga em aberto para integrantes do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito, e mais as que se abrirem durante o período de deliberação dos autos. Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 17h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço conselho@defensoria.sp.gov.br, mediante aviso de remessa e recebimento, não sendo admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como membro, quer como colaborador. O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 14/08/2015. CSDP nº

562/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Consigna-se que o Conselheiro Luiz Eduardo não estava presente a sessão em função de licença saúde, o mesmo havia pedido vista na sessão anterior. O Presidente encaminhou para discussão a continuidade da deliberação dos autos. O Conselheiro Bruno Napolitano mencionou o § 4 do artigo 40, avaliando que deverá aguardar o voto do Conselheiro Luiz Eduardo, em razão do pedido de vista. O Conselheiro Bruno Miragaia mostrou a urgência da análise do processo, e pediu abertura de exceção para que o mesmo seja julgado. O Conselheiro Wagner Ribeiro endossou a fala anterior. O Conselheiro Pedro Avellar solicitou que a votação do processo fosse estendida para próxima sessão, uma vez que a ausência do Conselheiro Luiz Eduardo se deu por motivo de força maior. Consigna-se que o Colegiado realizou pausa as 12h10min, retomando as atividades as 12h30min. O Presidente deu continuidade as discussões, franqueando a palavra ao Conselheiro Augusto Guilherme. O Conselheiro Augusto Guilherme leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de aprovar o edital com mudanças pontuais. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi alegou ser um precedente perigoso dar andamento a votação do processo visto que isso pode ferir o direito do Conselheiro. O Presidente ponderou que, em razão do cronograma firmado com a fundação Carlos Chagas, o Colegiado deveria se debruçar para analisar a questão. Consigna-se que o Presidente solicitou que a Secretaria entrasse em contato com Conselheiro Luiz Eduardo, ao qual foram realizadas diversas tentativas de contato, porém sem sucesso. Em seguida, o Presidente manifestou que as discussões têm o intuito de amadurecer a votação, que deverá ser realizada somente na próxima sessão. O Conselheiro Augusto Guilherme deixou claro a importância de contar o período de estagio como atividade jurídica, porém de acordo com o entendimento do Supremo, a contagem é realizada a partir do bacharelado, e reforçou que seu voto será mantido por estar juridicamente bem fundamentado. O Conselheiro Horácio Xavier informou que simpatiza com possibilidade do tempo de atividade jurídica, podendo ser contato desde o bacharelado, mas seguiu o mesmo raciocínio do Ministério Público, que prevê o tempo de atividade jurídica, a partir da conclusão do curso. O Conselheiro Rafael Bessa citou a ADI nº 3460, que seguia o parecer do Supremo Tribunal Federal, e avaliou que o Conselho Superior não tem poder de realizar alguma alteração, inviabilizando o pedido da entidade de classe. O Conselheiro Horácio Xavier declarou voto, nos termos do voto do Conselheiro Augusto Guilherme, pois estaria em férias na época da discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi sugeriu dar continuidade a discussão na próxima sessão extraordinária a ser realizada no dia 06 de agosto. O Presidente franqueou a palavra ao Presidente da Banca Examinadora do certame, Dr. Pedro Peres, que citou alguns pontos a serem deliberados posteriormente, como por exemplo: a) a regulamentação das cotas, b) observação deliberação CSDP nº 307/14, c) cronograma geral. Após as discussões, o Presidente informou que o Conselheiro Luiz Eduardo havia encaminhado um e-mail aos Conselheiros, informando que estaria apto a votar na sessão seguinte, motivo pelo qual prorrogaram a discussão. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a sessão extraordinária, a ser realizada no dia 06 de agosto de 2015. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Presidente proferiu a leitura do §5º do artigo 2º, e encaminhou para discussão a seguinte redação, sugerida pelo Conselheiro Augusto Guilherme, “§ 5º O período de afastamento integral abrangerá necessariamente as férias e o período de licença-prêmio em aberto”. O Conselheiro Bruno Napolitano optou por não incluir as férias nesse quesito como obrigatório. O Conselheiro Alexandre Orsi manifestou discordância na obrigatoriedade de instituir a licença prêmio na

utilização para fins de curso. O Conselheiro Rafael Bessa endossou o entendimento, e sugeriu possibilitar a escolha pelo interessado. O Conselheiro Wagner Ribeiro discordou da redação, pois entende que o Defensor poderia solicitar a licença, antes de realizar o pedido de afastamento. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou que a licença prêmio atrelada a estudos, dificilmente seria vetado, visto que também beneficia a instituição, e sugeriu retirar as férias e manter a licença prêmio. O Conselheiro Horácio Xavier considerou que a licença prêmio não deveria ser imposta para utilização de afastamento. O Conselheiro Pedro Avellar entendeu que seria inviável regulamentar a matéria por deliberação interna, e endossou a sugestão do Conselheiro Alexandre Orsi, citando o artigo 157 da Constituição. A Representante da Apadep, Fabiana Zapata acompanhou o entendimento do Conselheiro Rafael Bessa. O Conselheiro Augusto Guilherme acompanhou a sugestão do Conselheiro Rafael Bessa, e sugeriu que houvesse a inclusão da expressão “poderá” na redação. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que a redação do Conselheiro Rafael Bessa fosse aplicada, apenas nos casos de afastamentos superiores há seis meses. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu a retirada da expressão “necessariamente as”. O Conselheiro Wagner Ribeiro sugeriu manter o encaminhamento do Conselheiro Bruno Miragaia, fazendo a retirada da expressão “férias” e manter a licença prêmio. O Conselheiro Pedro Avellar pediu vista coletiva, assim como o Conselheiro Alexandre Orsi. O Conselheiro Horácio Xavier pediu a exclusão do parágrafo quinto, e se vencido, acompanharia o voto do Conselheiro Rafael Bessa. O Presidente sugeriu que a discussão fosse prorrogada para a próxima sessão, e fez constar que a redação a ser analisada, nos termos da sugestão do Conselheiro Rafael Bessa será: “§ 5º O período de afastamento integral poderá abranger férias e o período de licença-prêmio em aberto”. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão parcial e a votação para a próxima sessão. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 14h16min, prorrogando-se os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a

votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses

particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano CSDP nº 370/14. Interessado: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15 Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Processo CSDP nº). Interessados/as. (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislaíne Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaefer. (302/15). Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Airon Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno. (446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato IsnardKhair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15 Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 461/15. Interessada: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da lei Complementar 988/06, que dispõe sobre o vencimento mensal dos membros da defensoria Pública e dá outras providências. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/15. Interessada: Marcia Regina Garutti. Assunto: Pedido de suspensão da Deliberação CSDP nº 307/14 (que altera a Deliberação CSDP nº 10/06, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a

discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 492/15. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de reclassificação dos vencimentos dos Servidores, integrantes do Quadro de Apoio da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 508/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 510/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2014). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. CSDP nº 521/15 Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 537/15 Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 539/15 Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014). Relator: Conselheiro Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 540/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 547/15. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação ao Exmo. Defensor Público Ivan Gomes Medrado. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 549/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 553/15. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Pedido de afastamento de servidor/a para exercer mandato eletivo na entidade de classe. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 557/15. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas no período de 05 de julho de 2014 a 04 de julho de 2015, junto ao Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

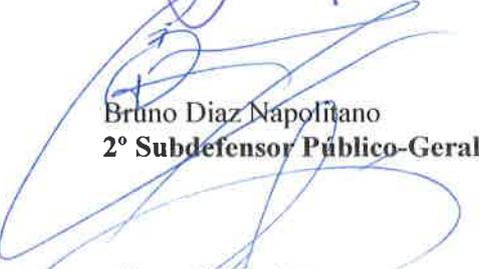
CGDP CAEP nº 061/14. Interessado/a: Julio Camargo de Azevedo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 010/12. Interessado/a: Luiz Otavio Contim Ferratto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 057/14. Interessado/a: João Finkler Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 14h16min. Eu, Renata Silva Castelli, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos trinta e um de julho do ano de 2015.



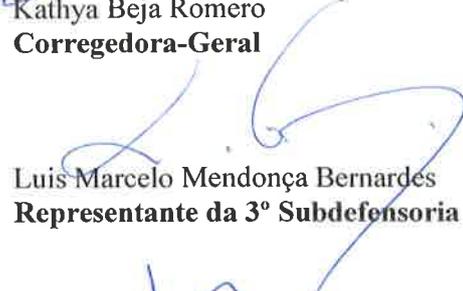
Rafael Valle Vernaschi
Presidente



Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral



Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral



Luis Marcelo Mendonça Bernardes
Representante da 3º Subdefensoria



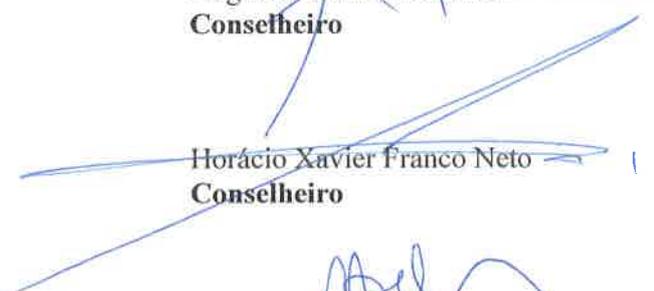
Alexandre Orsi Neto
Conselheiro



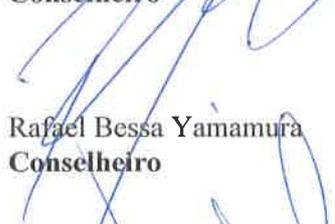
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



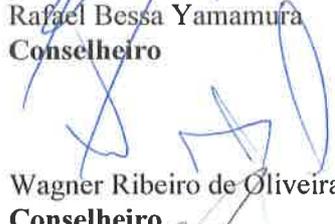
Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



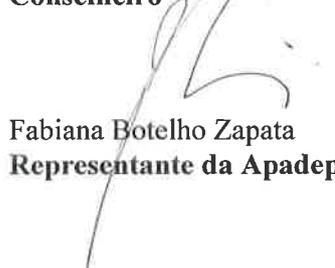
Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Alderón Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



Fabiana Botelho Zapata
Representante da Apadep

